

Geografia de Mato Grosso

*Seleção de conteúdo para concurso público
do Governo de Mato Grosso*



Organizadoras

Gislaene Moreno
Tereza Cristina Souza Higa

Colaboradora

Gilda Tomasini Maitelli

Autores

Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Cornélio Silvano Vilarinho Neto
Cristina Maria Costa Leite
Gilda Tomasini Maitelli
Gislaene Moreno
Jurandyr Ross
Lunalva Moura Schwenk
Mário Diniz de Araújo Neto
Prudêncio Rodrigues de Castro Júnior
Tereza Cristina Souza Higa
Tereza Neide Nunes Vasconcelos

Editora Maria Teresa Carrión Carracedo
Produção Gráfica Ricardo Miguel Carrión Carracedo
Chefia de arte e capa Helton Bastos
Projeto gráfico Maike Vanni
Paginação Ronaldo Guarim
Desenho digital de mapas, infográficos e ilustrações Marcus Lemos
Revisão cartográfica Leodete Miranda **Revisão de textos** Cristina Campos
Adaptação à nova ortografia Walter Galvão

Ficha Catalográfica

G343

Geografia de Mato Grosso: Seleção de Conteúdo para o Concurso Público do Governo de Mato Grosso – 2009./ Gislaene Moreno (org.), Tereza Cristina Souza Higa (org.), Gilda Tomasini Maitelli (colab.). Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

ISBN 978-85-87226-93-8

1ª reimpressão (2015)

1. Geografia – Mato Grosso. 2. Geopolítica de Mato Grosso. 3. Mato Grosso – Região Centro Oeste. I. Moreno, Gislaene (org.). II. Higa, Tereza Cristina Souza (org.). III. Maitelli, Gilda Tomasini (colab.). IV. Título.

CDU 913 (817.2)

Nota da revisão e abreviaturas

Esta publicação utiliza o singular para designar povos indígenas por adotar a grafia convencionalizada pela Antropologia, como por exemplo: “os Apicá”, “os Paresi”, “os Bororo”.
ANI: autor não identificado.



Todos os direitos desta edição reservados

ENTRELINHAS EDITORA

Av. Senador Metello, 3.773 • Jardim Cuiabá • CEP: 78.030-005 • Cuiabá, MT, Brasil • **Distribuição e vendas:** Tel.: (65) 3624 5294 • 3624 8711
www.entrelinhaseditora.com.br • e-mail: editora@entrelinhaseditora.com.br

Reprodução proibida

Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Nenhuma parte desta edição pode ser reproduzida ou utilizada – em quaisquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia ou gravação, etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados sem expressa autorização da editora.

SUMÁRIO

1. Mato Grosso e a região Centro-Oeste4	5. Aspectos político-administrativos 44
Desenvolvimento socioeconômico no contexto da região Centro-Oeste4	A reordenação do território.....44
<i>Mário Diniz de Araújo Neto • Cristina Maria Costa Leite</i>	<i>Tereza Cristina Souza Higa</i>
2. Geopolítica de Mato Grosso7	6. Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso 50
Cotidiano e Modernidade7	Políticas públicas de infraestrutura e de desenvolvimento regional.....50
<i>Tereza Cristina Souza Higa</i>	<i>Gislaene Moreno</i>
3. Ocupação do Território..... 11	7. Formação Étnica 61
Processo de ocupação e formação territorial..... 11	Os povos indígenas em Mato Grosso61
<i>Tereza Cristina Souza Higa</i>	<i>Ariovaldo Umbelino de Oliveira</i>
A colonização no século XX 15	8. Dinâmica da População em Mato Grosso 64
<i>Gislaene Moreno</i>	Dinâmica populacional de Mato Grosso.....64
4. Aspectos físicos e domínios naturais do espaço matogrossense 21	<i>Cornélio Silvano Vilarinho Neto</i>
Estrutura e formas de relevo21	9. Programas governamentais e fronteira agrícola matogrossense 68
<i>Tereza Neide Nunes Vasconcelos • Prudêncio Rodrigues de Castro Júnior</i>	Políticas e estratégias de ocupação.....68
Interações atmosfera-superfície29	<i>Gislaene Moreno</i>
<i>Gilda Tomasini Maitelli</i>	10. A Economia do Estado no Contexto Nacional 74
Domínios Biogeográficos.....34	Agricultura: transformações e tendências.....74
<i>Lunalva Moura Schwenk</i>	<i>Gislaene Moreno</i>
Hidrografia.....40	11. A Urbanização do Estado..... 85
<i>Gilda Tomasini Maitelli</i>	Dinâmica urbana regional.....85
	<i>Gislaene Moreno • Tereza Cristina Souza Higa</i>
	12. Produção e as Questões Ambientais 88
	O relevo no processo de produção do espaço88
	<i>Jurandir Ross</i>

Desenvolvimento socioeconômico no contexto da região Centro-Oeste

A estrutura do espaço regional

Para compreender o processo de desenvolvimento de Mato Grosso, é preciso conhecer o contexto da região Centro-Oeste do Brasil (Figura 1). Neste capítulo, vamos falar sobre a estrutura do espaço regional, suas condições anteriores e atuais. Vamos analisar, também, o desenvolvimento de Mato Grosso com o foco voltado para os Programas de Desenvolvimento Regional implementados a partir de 1970.

O território mato-grossense é resultado de um conjunto de espaços geográficos moldados ao longo do processo de formação econômico-social do país, posto em prática de forma efetiva a partir do século XVIII (Figura 2).

Isso significa dizer que a estrutura regional do Centro-Oeste relaciona-se ao contexto nacional como uma totalidade, sendo regida pela dinâmica capitalista. Essa dinâmica pode ser entendida como a crescente integração das regiões brasileiras a partir da homogeneização da economia nacional.

Assim, a estrutura espacial é resultante de um processo temporal onde o território é continuamente estruturado e reestruturado. Essa dinâmica expressa-se pela articulação inter-regional entre os Estados brasileiros, através de fluxos de diversas ordens: bens e serviços, capitais, investimentos e força de trabalho. Esses fluxos determinaram os processos que moldaram a região Centro-Oeste.

Embora não tenha sido a única responsável pela construção do espaço regional, a mineração de ouro foi o fator inicial de apropriação da terra e construção do espaço regional, sendo responsável pelo assentamento das primeiras populações não-indígenas na região.

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo foi caracterizado por forte intervenção do Estado através de vários instrumentos, que tinham por objetivo a valorização do capital e a inserção econômica do país no contexto mundial.

A intervenção estatal imprimiu, na região Centro-Oeste, profundas transformações estruturais:

- Implantação de programas de desenvolvimento (década de 1970);
- divisão territorial do Estado de Mato Grosso (1977);

Figura 1
MATO GROSSO NA REGIÃO CENTRO-OESTE
2000



Fonte: SIMIELLI, 2000.

- Região Centro-Oeste
- Rodovias
- Estradas de ferro
- ⊙ Capital do Estado
- Cidades
- ⊙ Distrito Federal

- divisão territorial de Goiás, com a criação do Estado de Tocantins (1981).

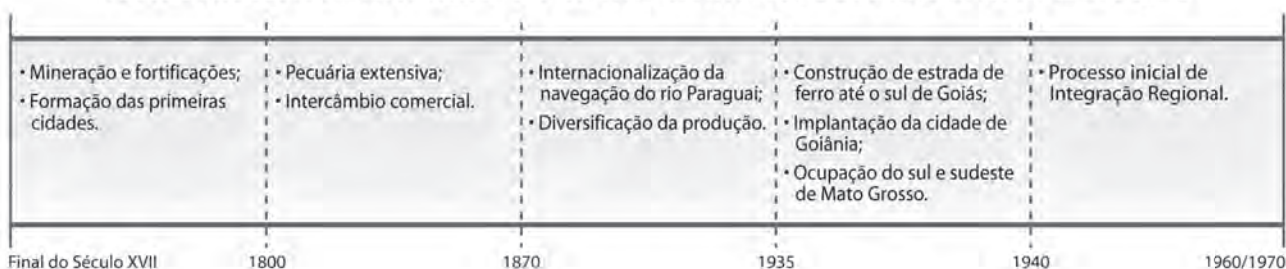
Pode-se constatar, então, que as estratégias de intervenção do Estado Nacional foram variadas. Conseqüentemente, os impactos na estrutura regional também foram diferenciados. Assim, em busca da homogeneização econômica nacional – expressa pela integração das regiões brasileiras –, ocorreram transformações que afetaram as relações de produção e modificaram o inter-relacionamento dos núcleos urbanos com as áreas produtivas rurais.

Como resultado, evidencia-se na região Centro-Oeste:

1. Espaços estruturados pela iniciativa privada sem a intervenção direta de políticas governamentais; e
2. Espaços reestruturados por políticas governamentais.

Figura 2

PERIODIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROCESSOS QUE ESTRUTURARAM A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA REGIÃO CENTRO-OESTE



Espaços estruturados sem a intervenção direta de políticas governamentais

O processo de produção do espaço da região foi descontínuo, nucleado e desarticulado. Assim, para explicar a estruturação desses espaços, deve-se buscar na história as razões que desencadearam a ocupação desse território. Nessa perspectiva, observa-se que, em Mato Grosso, se identificam, conforme mostra a Figura 2, as seguintes fases de ocupação:

- Mineração e fortificações – século XVIII;
- Pecuária extensiva – século XIX, até o final da Guerra do Paraguai, em 1870;
- Internacionalização da navegação do rio Paraguai e diversificação da produção econômica – após 1870;
- Processo inicial de integração econômica regional e modernização de algumas áreas produtivas – décadas de 1940, 1950 e 1960.

A primeira fase de ocupação da região deu-se em decorrência da expansão do bandeirantismo paulista durante o domínio da Coroa Portuguesa, nos séculos XVII e XVIII. Da mineração, surgiram cidades como Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), em Mato Grosso, e as cidades de Goiás (1725) e Pirenópolis (1727), em Goiás. A necessidade de abastecimento desses núcleos incentivou a agricultura de subsistência nos vales próximos às atividades mineradoras.

Posteriormente, buscando consolidar a posse do território no interior do Brasil, a metrópole portuguesa ergueu fortificações militares na fronteira com a Colônia espanhola. Dessa forma, surgiram núcleos urbanos militares às margens dos rios Guaporé e Paraguai.

Com a decadência da mineração, foi desacelerada a ocupação da região. Tal fato pode ser apontado como responsável pelo longo período de estagnação econômica de Mato Grosso e Goiás, entre fins do século XVIII e início do século XX.

A segunda fase de ocupação da região Centro-Oeste insere-se no contexto histórico do século XIX, até a Guerra do Paraguai (1864/1870). Nesse período, a ocupação do oeste deu-se através da criação extensiva de gado de forma dispersa, acompanhando os vales à procura de campos nativos para serem utilizados como pastagens.

Uma terceira fase remonta ao período após a Guerra do Paraguai, com a internacionalização da navegação do rio Paraguai. Tal fato desencadeou transformações no espaço regional, em decorrência do crescimento econômico que se deu pela instalação de charqueadas no Pantanal, pela extração de erva-mate, poaia e borracha e pela indústria açucareira na Depressão Cuiabana.

Os períodos subsequentes no processo de ocupação da região Centro-Oeste referem-se à integração econômica das várias localidades espalhadas pelo seu território ao contexto regional/nacional, através da abertura de novas vias de escoamento da produção, como rodovias, ferrovias e estradas vicinais, ao lado da diversificação de atividades econômicas, consolidação das atividades preexistentes e modernização das atividades produtivas.

Assim, entre as medidas que ocorreram nas primeiras décadas do século XX que contribuíram para a estruturação do espaço regional, destacam-se: instalação de empresas do eixo São Paulo-Santos no interior de Mato Grosso; melhoria do re-

banho pantaneiro; projetos de colonização; e estímulo à imigração.

O conjunto dos fatores descritos evidencia que a região Centro-Oeste apresentou, na primeira metade do século XX, um processo próprio de estruturação territorial, desvinculado, em grande parte, das políticas de desenvolvimento do governo federal. As atividades econômicas implantadas e consolidadas foram apoiadas em diversas articulações, inclusive com o capital externo.

Espaços reestruturados por políticas governamentais a partir da década de 1970

A década de 1970 marcou uma fase significativa no processo de desenvolvimento do país. As indústrias, que elevaram o país ao grupo dos países em desenvolvimento, já estavam concentradas no Sudeste brasileiro. O governo federal considerou que era necessário levar os seus planos de desenvolvimento para as demais regiões brasileiras.

A disseminação desse processo foi empreendida sob o argumento de necessidade de integração nacional, embasada pela doutrina de segurança nacional. Para difundir o modelo econômico pretendido, era preciso integrar as regiões que estavam “desconectadas” do centro hegemônico de poder econômico (eixo Rio-São Paulo).

Na realidade, essa pregação integracionista visava camuflar os interesses existentes naqueles centros, que demandavam um aumento da sua área de influência pela conquista de novos mercados. Daí a necessidade de integração, que se estabeleceu com a incorporação de áreas do Centro-Oeste no amplo processo de modernização das bases produtivas brasileiras.

Desse modo, o governo federal redefiniu uma “nova função” para a região Centro-Oeste no contexto do desenvolvimento capitalista nacional, com a estratégia econômica de estabelecer a agropecuária em moldes empresariais. Até aquele momento, a atividade agropecuária era extensiva, considerada de baixa produtividade. Para mudar esse quadro, seria necessário transformar toda a estrutura produtiva do setor.

Tal intenção concretizou-se. O governo federal, então, não só planejou detalhadamente sua atuação, como também a divulgou em documentos denominados “Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs”. Esses planos explicitam todas as transformações que se pretendiam alcançar.

Como principal agente na reestruturação do espaço no Centro-Oeste, o poder público foi o incentivador e avalista da expansão espacial do processo capitalista na região. Para isso:

- destinou recursos do setor público para viabilizar a implantação de infraestrutura de transporte, energia e armazenagem;
- expandiu o processo de ocupação, anexando novas áreas ao processo produtivo através de incentivos fiscais e financeiros – o que atraiu grandes empresas;
- disponibilizou política creditícia àqueles considerados aptos a inserir a região no cenário econômico nacional.

Os espaços, antes da ação política do Estado Nacional

Ao final da década de 1960, a região Centro-Oeste e, por extensão, Mato Grosso, apresentavam dois tipos de estrutura espacial já consolidada.

O primeiro tipo refere-se às áreas de povoamento estabelecido e espaços estruturados pela pecuária modernizada. Nessas áreas, os proprietários de terras (pecuaristas) foram beneficiados duplamente: pela infraestrutura implantada na região e pela sua consequente valorização. Assim, tiveram a chance de acumular capital por outras vias que não a comercialização de sua produção. Quando a terra, valorizada pela infraestrutura colocada pelo Estado, torna-se mercadoria de maior valor, as possibilidades de acumulação de capital podiam ocorrer através do arrendamento ou venda da terra.

Nesse contexto, distinguem-se dois tipos de produtores:

- Os produtores capitalizados, provenientes do Sul, que reproduziam o capital trazido, transformando-se em empresários rurais através do crédito e infraestrutura de armazenagem disponíveis;
- Os produtores descapitalizados e pequenos produtores, que, não conseguindo usufruir da política creditícia, acabam vendendo suas terras ou posses, cedendo lugar à concentração capitalista (de terras ou da produção).

O segundo tipo de área é representado pelos locais de economia tradicional de pecuária extensiva, extrativismo vegetal, garimpagem de ouro e diamantes. São áreas pouco povoadas e distantes dos grandes centros de consumo. Integram-se às áreas extra-regionais através do comércio do boi magro e dos produtos do extrativismo e mineração.

Esses locais foram considerados como áreas de reserva, que poderiam ser incorporadas ao processo produtivo que se pretendia implantar. Algumas delas receberam grandes investimentos de infraestrutura, tendo como resultado imediato a valorização da terra e a especulação fundiária.

Em Mato Grosso e na região Centro-Oeste, o processo de ocupação do território e a implantação de novos sistemas de produção gerou, além dos conflitos fundiários, problemas ambientais como a degradação dos solos, perdas de fauna e flora, de biodiversidade, diminuição dos estoques pesqueiros por assoreamento e poluição dos rios, com forte reflexo no Índice de Desenvolvimento Humano no Estado.

Com a implantação do Polonoroeste, em 1981, ocorreu a alocação de recursos financeiros em infraestrutura rodoviária, social, e amparo financeiro e creditício para promover a integração nacional de áreas próximas à fronteira agrícola. O programa visava absorver o fluxo migratório de forma ordenada e sustentável, à medida em que o governo reconhecia os problemas ambientais e socioeconômicos causados pela migração de colonos para a fronteira agrícola de Mato Grosso e Rondônia.

O programa causou grandes transformações na economia das regiões em que atuou. Os seus investimentos viabilizaram as atividades empresariais de criação de gado e agroindustriais, articuladas com o eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Esse Programa, com financiamento internacional, teve, entre seus vários componentes, um zoneamento agroecológico, que abrangia uma área de 55.000 km², aproximadamente, entre Cáceres e parte do Vale do Guaporé. Em 1989, a Fundação de Pesquisas Cândido Rondon – extinta no Governo de Carlos Bezerra – finalizou um trabalho de vocação dos solos em todo o Estado. A Fundação completou, assim, a primeira aproximação de um zoneamento socioeconômico/agroecológico de Mato Grosso, que definiu sete grandes zonas com base nas características de fertilidade do solo, clima, relevo e socioeconomia.

Embora o Polonoroeste tenha tido como estratégia o dire-

cionamento dos migrantes, mantendo-os distantes das áreas ecologicamente frágeis e/ou ocupadas por índios, infelizmente não obteve o sucesso esperado. Sua execução foi pontuada por dificuldades técnicas, institucionais e financeiras. Apenas as obras de pavimentação de rodovias cumpriram as metas, enquanto os serviços agrícolas e de apoio social, e programas de proteção ambiental e indígena fracassaram, pelo pouco alcance que tiveram.

O programa recebeu pesadas críticas por ter apresentado um resultado questionável na reversão da ocupação acelerada e do desmatamento. Enfatizou a execução de obras de infraestrutura, como abertura de estradas para assentamento de colonos, sem que se atentasse para os problemas ambientais gerados. Proposto pelo governo federal para o Estado, este programa não teve nenhuma articulação com os municípios ou a sociedade local.

Com o insucesso do Polonoroeste, o governo federal decidiu tentar pôr um fim na ocupação desordenada do espaço, através da contratação de novo empréstimo internacional para a realização de outro programa, com o objetivo claro de “firmar as bases para o desenvolvimento sustentável” do Estado: o Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (Prodeagro).

Ação do Prodeagro

O Prodeagro teve início em 1992, com a assinatura pelo governo brasileiro, junto ao Banco Mundial, do contrato que estabelecia as bases do empréstimo destinado à sua implementação. Apesar de protocolado, vários problemas dificultaram o início dos trabalhos, entre os quais destacaram-se: a não-viabilização do zoneamento socioeconômico-ecológico, grave depredação de áreas indígenas e fragilidade institucional dos órgãos do Estado envolvidos na execução dos seus componentes.

O Programa começou com a liberação da primeira parcela do financiamento, em 1993, após compromisso do governo do Estado em sanar os problemas apontados. Organizava-se em quatro componentes e dezenove subcomponentes, formando um bloco de atividades vinculadas à proteção ambiental para todo o território estadual. Entre estes, estavam os seguintes: zoneamento socioeconômico-ecológico; regularização fundiária; conservação ambiental e proteção e controle de áreas indígenas.

No decorrer de sua execução, o Prodeagro teve a cooperação técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cuja missão principal foi conceber um sistema

Informações complementares

Fronteira agrícola: Linha que demarca a área explorada agricolamente.

Posseiros: Indivíduos que ocupam terra devoluta ou abandonada e passam a cultivá-la.

Grileiros: Pessoas que se apoderam ou procuram apossar-se de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedade.

Expropriação: Ato de privar o proprietário daquilo que lhe pertence.

Fonte: HOUAISS, 2001.

de gerenciamento eficiente para programar, monitorar, avaliar e realimentar, de forma contínua, a execução do Programa.

Ao longo da implementação do Programa, foram realizadas três avaliações de desempenho. Os problemas referiam-se ao atraso na execução dos componentes, pela falta de coordenação e preparação técnica e institucional dos órgãos governamentais encarregados da execução do Programa para trabalhar de forma orgânica. Aliado a isto, a falta de fórum para discussões e maior envolvimento da iniciativa privada para que esta incorporasse a ideia de desenvolvimento sustentável gerou dificuldades na implementação do Programa. Foi detectado, ainda, que os próprios beneficiários – pequenos produtores e comunidades indígenas – desconheciam as propostas do Programa, que se apresentavam de forma muito técnica e foram pouco divulgadas, falhando no processo de comunicação com a comunidade.

As restrições de ordem orçamentária impostas em âmbito federal impediram que o Prodeagro prosseguisse com a execução de suas ações no Estado. Entretanto, o Zoneamento Socioeconômico-ecológico foi concluído em 2002. Este foi um dos seus principais componentes, concebido para garantir que a utilização dos ativos ambientais seja compatível com os interesses de conservação/preservação ambiental, e a consequente melhoria das condições de vida da população.

O Prodeagro, é inegável, possibilitou o fortalecimento dos órgãos gestores do meio ambiente em Mato Grosso, havendo capacitação dos técnicos para o entendimento da questão ambiental no Estado.

Conclusões

Diante do exposto, pode-se concluir que:

- A estruturação do território de Mato Grosso e da região Centro-Oeste foi resultado de um amplo processo de integração regional, entendido como a inserção dessas regiões no contexto econômico nacional;
- Foram os ciclos econômicos de ocupação do território nacional que justificaram o povoamento (por populações não-índias) destas regiões;
- Essa integração regional significou a ampliação da área de influência do centro hegemônico de poder no Brasil (eixo São Paulo-Rio);
- A modernização da atividade agropecuária preexistente na região foi a forma encontrada para viabilizar o processo de produção/reprodução do capital do eixo Rio-São Paulo;
- O processo de modernização foi custeado pelo Estado brasileiro, que instalou a infraestrutura necessária para tal fim, disponibilizou política creditícia e incorporou novos espaços do território ao processo produtivo;
- O processo de modernização foi efetuado para atender os interesses do centro hegemônico do poder econômico, em detrimento dos interesses das populações locais já estabelecidas na área;
- A estruturação do território poderia ocorrer naturalmente, sem a intervenção do Estado;
- Do ponto de vista social, a atuação estatal foi desastrosa, uma vez que foi responsável pelos processos de concentração fundiária e de produção, que por sua vez desencadearam os conflitos pela posse da terra por parte dos expropriados;

- A tendência para a região é a continuidade de expansão da fronteira agrícola com monoculturas de exportação;
- Programas de desenvolvimento, como o Prodeagro, que visam a gestão territorial e ambiental, devem começar em uma determinada região do Estado, de forma a permitir que a experiência adquirida possa ser, gradualmente, aplicada às demais regiões;
- Os futuros programas de gestão territorial e ambiental a serem implementados devem ter mecanismos capazes de assimilar as demandas coletivas e monitorar os impactos de suas ações. Que, ao lado disso, estimulem a descentralização, o fortalecimento das localidades em que atuam e a sustentação das instituições. Este conjunto, bem articulado, será capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

2. Geopolítica de Mato Grosso

Cotidiano e Modernidade

Contextualizando Mato Grosso

Mato Grosso é o terceiro Estado em área da Federação brasileira, com área total de 906.807 km². Encontra-se na região Centro-Oeste do país, centro do continente Sul-americano (Figura 3).

A sua localização privilegiada – território fronteiriço internacional e que faz parte da Amazônia brasileira – confere-lhe a condição de espaço estratégico, ao qual tem sido atribuído relevante papel nos planos de desenvolvimento nacional e de integração sul-americana.

Com importância geopolítica e econômica reconhecida desde o Brasil Colônia, Mato Grosso começou a ser amplamente explorado a partir da segunda metade do século XX e, a partir da década de 1970, passou a receber estímulos para a ocupação do seu território provenientes de diversos programas federais e estaduais que rapidamente o transformaram em um dos maiores produtores agropecuários do país.

O desencadeamento desse processo provocou a interiorização da economia, crescimento populacional e, consequentemente, intensa urbanização que, ao lado de outros fatores, sobretudo políticos, foram decisivos para contínuas divisões territoriais originando dezenas de municípios nas últimas duas décadas do século XX. Assim, a área do atual território mato-grossense que, em 1970, contava com 34 municípios, chegou a 2000 com 142 unidades municipais e uma população de 2.498.150 habitantes (IBGE, 2000a). Em 2006, com as mesmas 142 unidades municipais, a projeção populacional do IBGE para o Estado é de 2.856.999, podendo chegar a 3.066.046 habitantes, em 2010.

Modernidade, neoliberalismo e mundialização

Até o final do século XIX, poucos eram os indicadores da modernidade no cotidiano mato-grossense, em relação a algumas regiões do país, principalmente na então capital Rio